

sobrevi-va de serviços prestados à Glo-bo, a maioria está envolvida em trabalhos que usufruem do Con-decine. Ali estão nomes como Fernanda Montenegro, Adriana Esteves, Cauã Reymond, Dira Paes, Fábio Porchat, Glória Pi-res, Leandro Hassum, Lá zaro Ramos, Marieta Severo, Miguel Fa-labella, Patrícia Pilar, Rodrigo Santoro, Wagner Moura, Guel Arnes, Alê Abreu, Cao Hambur-ger, Cacá Diegues, Fernando Meirelles, Hector Babenco e Walter Lima Jr., entre outros.

"A solidificação do setor au-diovisual brasileiro resultou em grandes e crescentes índices de bilheteria no cinema e a previ-são de 2016 como seu melhor ano em todos os tempos", diz o texto, endossado ainda por entidades como a Associação Brasi-leira de Produtoras Independen-tes (ABPITV). "No mercado in-ternacional, o **Audiovisual** con-quistou maior prestígio, como a indicação de uma animação na-cional ao Oscar, as recentes pre-miações de séries brasileiras no Emmy, além dos trêsfilmes sele-cionados no Festival de Berlim."

Paralelamente às operações nos tribunais, Telebrasil e enti-dades representativas do audio-visual também têm dialogado. Há unia conta a ser equacionada nessa questão: segundo a Tele-brasil, apenas 47% da verba do Condecine tem de fato sido usada na produção do **Audiovisual**. E, embora apoiem as iniciativas da **Ancine**, muitos produtores se queixam da morosidade na ava-liação e repasse do dinheiro em projetos aprovados.

Em comunicados à imprensa, a Telebrasil diz que "não se justifi-ca que as prestadoras de serviços de telecomunicações recolham uma contribuição destinada ao fo-mento da indústria **Audiovisual**." As teles, no entanto, concordaram em pagar essa taxa em 2010, por ocasião da aprovação da lei 12.485, que regulamenta o setor de TVpaga. Em troca, elas

ganha-riam lugar nessa festa, passando também a operar a distribuição de pacotes de **TV por assinatura** - até então, Vivo, Oi e Claro não tinham espaço nesse negócio.

Ocorre que o Condecine, que não deveria representar aumen-to de carga tributária para as teles, ganhou mais peso no cofre das empresas de telefonia, que agora aproveitam a exposição do assunto para exibir sua contrarie-dade com as cifras pagas ao go-verno, de modo geral. Queixam-se de pagar muitos tributos e receberem poucos investimentos da União na área da telefonia E somam àconta de gastos o recen-te fim da lei que desonerava smartphones, agora taxados em 11,75% a título de PIX/Cofins.

Segundo a Telebrasil, o setor deixou R\$ 60 bilhões para os cofres públicos no ano passado. Dessa soma, R\$ 9 bilhões foram desti-nados a fundos setoriais de telecomunicações, incluindo os R\$ 946 milhões do Condecine. Do outro lado, **Ancine** e produtores do au-diovisual lembram que isso representa apenas 0,4% do faturamento bruto do setor de telecomunicações. A Telebrasil rebate, lembrando que a conta bruta não reflete o peso da taxa: em 2014, a Condecine representou, segundo o setor, 25% de seus lucros.

PARA ENTENDER

Por que acordo foi rompido?

1. Em 2010, as teles defenderam a aprovação do novo marco da TV paga para entrarem no mercado de TV por assina-tura. Por isso, aceitaram a proposta da **Ancine**, de redirecionar parte do que já pagavam de Fistel (taxa de fiscalização das telecomunicações) para a Condecine, que ajudaria a abastecer a demanda dos canais para o cumprimento das cotas de produção nacional exigidas na nova lei. Assim, as teles não seriam oneradas em

mais tributos.

2. Em outubro de 2015, o Condecine sofreu um reajuste de 28,5%, o que significou um impacto de R\$ 200 milhões para as teles, que tinham, desde 2011, a compreensão de um acordo tácito de que não haveria aumento tributário.

3. As teles alegam na ação que a verba repassada ao Condecine não lhes é revertida em qualquer benefício. A **Ancine** e entidades do setor contestam. Alegam que a produção nacional incentiva o consumo de serviços de TV e internet nos aparelhos móveis.